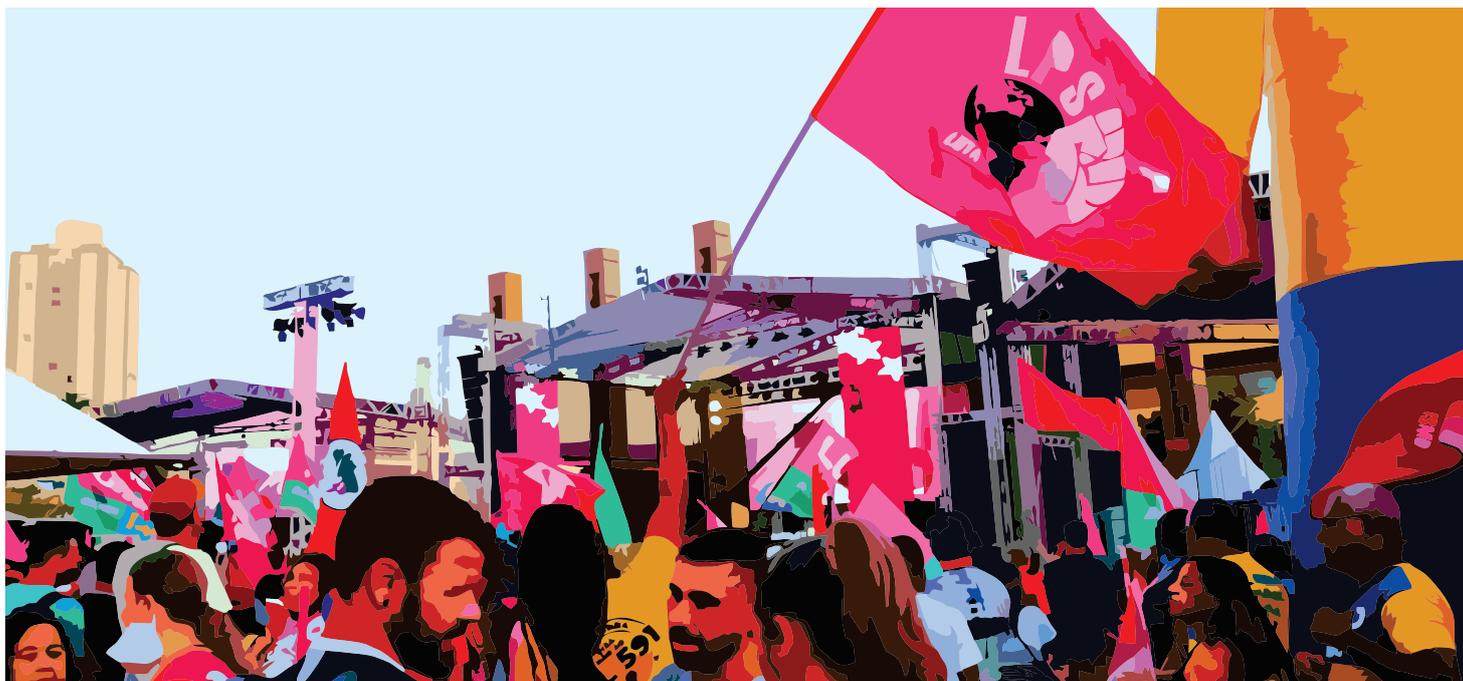




## COMEÇA A CAMPANHA ELEITORAL PARA DERROTAR O FASCISMO



As articulações das oligarquias financeiras, que promoveram o golpe que derrubou a presidenta eleita, Dilma Rousseff, em 2016, e prenderam o ex-presidente Lula para que ele não participasse das eleições de 2018, levou à eleição de Jair Bolsonaro, que promoveu os maiores ataques aos direitos dos trabalhadores e à soberania nacional da nossa história. No entanto, a população rapidamente entendeu que a política econômica e social de Bolsonaro, em meio a uma crise mundial sem precedentes, só serviu para atender aos interesses das grandes corporações imperialistas e satisfazer banqueiros, jogando milhões de brasileiros na miséria.

O Brasil atingiu a triste marca de quase 700 mil mortos pela Covid-19, enquanto o presidente adiava a compra de vacinas e fazia chacota dos cuidados sanitários sobre a pandemia. Hoje, com a fome que atinge cerca de 33 milhões de brasileiros, a taxa de desemprego de cerca de 10% da população e o salário mínimo archoado pelas perdas inflacionárias, a população, mais uma vez, deposita suas esperanças de dias melhores na eleição de Lula. Dadas as alianças feitas na construção das candidaturas, é preciso fazer o debate com os trabalhadores sobre os significados das eleições burguesas e seus limites e a necessidade das organizações de base para garantir não só a eleição de

Lula e de parlamentares que darão sustentação ao seu governo, mas, acima de tudo, para estarem nas ruas e garantir que Lula governe para o povo.

As instituições burguesas foram criadas para agir em favor da classe dominante e com as eleições não é diferente. O controle das regras da campanha, com a imprensa burguesa atuando como porta-voz, até a imposição de leis que punem e perseguem apenas políticos de esquerda são mecanismos que enfraquecem o poder de decisão do povo. Com menos de 50 dias de campanha oficial e com regras absurdas, é impossível aos trabalhadores conhecerem criticamente seus candidatos, principalmente nas proporcionais (para deputados e senadores), o que gera uma participação propositalmente despolitizada.

Os trabalhadores devem participar das eleições para disputar seu espaço na política institucional, desde que não nutram esperanças de que elas resolverão todos os seus problemas. Sequer a ameaça de um novo golpe pode ser descartada. A eleição de Lula, de governadores e de parlamentares que defendem os interesses da classe trabalhadora é uma opção que representa a rejeição dos trabalhadores às ameaças golpistas que pairam sobre nossas instituições. No entanto, é preciso organizar a luta concreta, nas ruas, em unidade com todos os setores da esquerda, para garantir um governo com base popular.

## FALTAM DINHEIRO E PROFESSORES NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS



Universidades públicas federais sofrem com o déficit de 11 mil trabalhadores, entre professores e técnicos, conforme mencionado por nota técnica do Ministério da Educação (MEC), encaminhado ao Ministério da Economia.

A falta de trabalhadores acarreta uma série de problemas, como sobrecarga de trabalho, que impacta na saúde mental e física dos profissionais, além de prejudicar a formação dos alunos, que sofrem com a falta de aulas.

A Emenda Constitucional do teto de gastos (EC-95), ataca a Educação Pública com os cortes de recursos impostos pelo governo federal. Além da dificuldade em manter os quadros de professores e técnicos administrativos completos, a limitação

orçamentária precariza o trabalho dos servidores terceirizados. Faltam, inclusive, verbas para despesas essenciais como luz, água, telefone, limpeza, manutenção de infraestrutura, equipamentos, bolsas, assistência estudantil, terceirizados, etc.

Com a proximidade das eleições, Bolsonaro anunciou a previsão de mais cortes na Educação, a fim de custear a chamada Emenda Constitucional dos Auxílios, com duração até dezembro.

A Educação Pública foi um dos setores que mais sofreu com a gestão bolsonarista. É imprescindível que trabalhadores e estudantes se mantenham na luta pelo fim desse governo, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todas e todos.

## BOLSONARO VETA REAJUSTE NO REPASSE DAS VERBAS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



Enquanto Bolsonaro destina, por meio do orçamento secreto, R\$ 19 bilhões aos parlamentares da sua base aliada, que poderão gastar sem que a sociedade saiba onde foi “investido”, ele veta o reajuste dos recursos que são repassados a estados e municípios para a alimentação escolar, que o Congresso Nacional havia aprovado.

Com esse veto, o governo vai economizar menos que R\$ 2 bilhões. Ou seja, para garantir sua reeleição o dinheiro público é gasto sem controle, mas

para o povo, o governo diz que precisa haver controle de gastos. Trata-se de mais uma medida desumana, haja vista que 33 milhões de brasileiros passam fome. Em dois anos, dobrou o número de domicílios com crianças menores de 10 anos que não têm o que comer.

Além de prejudicar o desenvolvimento físico e intelectual de milhares de crianças, Bolsonaro ataca os agricultores familiares que produzem os alimentos oferecidos na merenda escolar.

O veto do presidente ao aumento do valor, que foi aprovado pelo Congresso Nacional e incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) só poderá ser derrubado por maioria absoluta dos deputados e senadores. É hora de fazer a pressão para garantir o direito à melhoria da alimentação escolar.

## TRABALHADORES DAS ESTATAIS PERDEM MAIS DIREITOS



Governo coloca em risco os planos de saúde dos funcionários do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios e Petrobras por meio de alterações no custeio dos planos de saúde das empresas públicas, feito com a contribuição dos funcionários titulares e da empresa à qual estão vinculados. As mudanças foram publicadas na Resolução nº 42, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União, do Ministério da Economia. O objetivo é que a participação das empresas públicas no custeio dos planos de saúde não exceda o limite de 50% das despesas.

A resolução altera também os anuênios, transformando-os em “quinquênios”. A norma permite interpretação de que o percentual deferido seria de 1% a cada 5 anos, e o máximo a ser atingido pelo empregado seria de 10% (e não mais 35%, como é hoje). E isso apenas após 50 anos de atividade.

Chamamos a todos os trabalhadores dos Correios a lutarem contra mais esse ataque do Governo fascistóide e a lotarem as assembleias do dia 31.

Por uma greve dia 1 de setembro, fora Bolsonaro e todo o seu Governo!